



Luis Carlos Fay Manfra

Prefácio

Anderson Vichinkeski Teixeira

MODULAÇÃO DE EFEITOS NO DIREITO TRIBUTÁRIO

Área específica da obra

Direito Tributário

Áreas afins do livro

Direito Constitucional.

Palavras-chave

Direito Constitucional. Direito Tributário. Modulação de Efeitos. Supremo Tribunal Federal. Jurisdição Constitucional. Segurança Jurídica. Limitações ao Poder de Tributar. Orçamento Público.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 3326

De alguns anos para cá, o emprego da modulação de efeitos pelo STF entrou para o cotidiano do Direito Tributário, tornando-se pauta frequente de debate. Ainda assim, segue sendo difícil decifrar os critérios com base nos quais ela é aplicada. Nesse contexto, o objetivo desta obra é oferecer maior clareza quanto ao modo como a modulação de efeitos é manejada na jurisprudência do STF em matéria tributária, com base em uma ampla e sistematizada pesquisa empírica, para, a partir de uma análise crítica, aferir se essa forma de aplicação está de acordo com os preceitos constitucionais que regem a tributação no Brasil.

M276m Manfra, Luis Carlos Fay

Modulação de efeitos no direito tributário / Luis Carlos Fay Manfra. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

441 p. 14,5x21,5cm
il.
ISBN impresso 978-65-5518-777-9
ISBN digital 978-65-5518-784-7

1. Direito constitucional. 2. Direito tributário. 3. Modulação de efeitos. 4. Supremo Tribunal Federal. 5. Jurisdição constitucional. 6. Segurança jurídica. 7. Limitações ao poder de tributar. 8. Orçamento público. I. Título.

CDD: 342
CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MANFRA, Luis Carlos Fay. *Modulação de efeitos no direito tributário*. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 441 p. ISBN 978-65-5518-777-9.

Luis Carlos Fay Manfra

Mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Especialista em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bacharel em Direito pela mesma universidade. Advogado.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Prof. Dr. Anderson Vichinkeski Teixeira	19
---	----

INTRODUÇÃO	23
------------------	----

CAPÍTULO 1

O RECONHECIMENTO DA INCONSTITUCIONALIDADE E SEUS EFEITOS	29
--	----

1.1	A força normativa da Constituição e a jurisdição constitucional.....	30
1.2	Os efeitos da inconstitucionalidade.....	37
1.2.1	Teoria da nulidade da norma inconstitucional.....	39
1.2.2	Teoria da anulabilidade da norma inconstitucional.....	41
1.2.3	A tradição no Direito Constitucional brasileiro.....	44
1.3	A modulação de efeitos no Direito brasileiro.....	47
1.3.1	O efeito <i>ex nunc</i> na jurisprudência pré-1999.....	47
1.3.2	A positivação do instituto da modulação de efeitos	50
1.3.2.1	O artigo 27 da Lei nº 9.868/99	52
1.3.2.1.1	Requisito formal	53
1.3.2.1.2	Requisitos materiais.....	55
1.3.2.1.3	As ADIs nº 2.154 e 2.258	61
1.3.2.2	O artigo 927, §3º, do CPC	62
1.3.2.2.1	Requisito formal	64
1.3.2.2.2	Requisitos materiais.....	65
1.3.2.3	O artigo 23 da LINDB.....	68
1.4	Fundamentos teóricos da modulação de efeitos.....	72
1.4.1	A distinção da modulação em decisões de controle de constitucionalidade e em superação de precedentes (superação para frente).....	73
1.4.2	A segurança jurídica enquanto fundamento da modulação.....	79
1.4.3	O (excepcional) interesse social enquanto fundamento da modulação: em busca de um conteúdo constitucionalmente adequado	95
1.4.4	A modulação de efeitos é, em tese, constitucional?	105

CAPÍTULO 2

A TRIBUTAÇÃO ENTRE DIREITOS E DEVERES FUNDAMENTAIS.....	113
---	-----

2.1	A tributação no Estado Constitucional	114
2.1.1	O dever fundamental de pagar tributos	117
2.1.2	Os limites à tributação no Estado Democrático de Direito	125
2.2	O Direito Tributário na Constituição Federal de 1988.....	138
2.2.1	O <i>status</i> constitucional do Direito Tributário	138
2.2.2	Características do Sistema Constitucional Tributário.....	141
2.2.2.1	A abertura.....	141
2.2.2.2	A rigidez	142
2.2.3	Limitações constitucionais ao poder de tributar	144
2.2.3.1	Legalidade	145
2.2.3.2	Irretroatividade e anterioridade.....	152
2.2.3.3	Igualdade.....	160
2.2.3.4	Capacidade contributiva e não confisco	168
2.3	O orçamento público no Direito brasileiro.....	181
2.3.1	Aspectos gerais	183
2.3.2	Princípios norteadores do orçamento	188
2.3.2.1	Legalidade	189
2.3.2.2	Exclusividade.....	189
2.3.2.3	Anualidade.....	190
2.3.2.4	Unidade	191
2.3.2.5	Universalidade.....	191
2.3.2.6	Programação	192
2.3.2.7	Equilíbrio orçamentário	193
2.3.2.8	Especificação	194
2.3.2.9	Transparência.....	194
2.3.3	As leis orçamentárias.....	196
2.3.3.1	Plano Plurianual (PPA)	196
2.3.3.2	Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).....	197

2.3.3.3	Lei Orçamentária Anual (LOA).....	199
2.3.4	A responsabilidade fiscal e o tratamento das contingências	201
2.3.4.1	O Anexo de Riscos Fiscais da LDO.....	204
2.3.4.2	A reserva de contingência da LOA.....	210

CAPÍTULO 3

A MODULAÇÃO DE EFEITOS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	213
3.1 O cenário de macrolitigância tributária	214
3.2 A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	218
3.2.1 Método de análise	218
3.2.2 Análise quantitativa.....	226
3.2.2.1 Reconhecimentos de inconstitucionalidade	226
3.2.2.2 Número de modulações	229
3.2.2.3 Frequência de emprego da modulação.....	231
3.2.2.4 Critérios temporais da modulação	235
3.2.2.5 Momento processual da fixação da modulação.....	238
3.2.2.6 Modulação e medidas cautelares.....	239
3.2.3 Análise qualitativa	240
3.2.3.1 Relação de casos	240
3.2.3.1.1 Prescrição e decadência das contribuições previdenciárias.....	240
3.2.3.1.2 Diferencial de alíquotas do ICMS (DIFAL).....	244
3.2.3.1.3 Atualização dos créditos tributários.....	247
3.2.3.1.4 Benefícios fiscais	250
3.2.3.1.5 Contribuições de servidores públicos	255
3.2.3.1.6 Estorno de ICMS: Convênio nº 110/07, do Confaz.....	258
3.2.3.1.7 Taxas.....	261
3.2.3.1.8 Diferenças de ICMS na substituição tributária	273
3.2.3.1.9 Hipóteses de substituição tributária do ICMS	274
3.2.3.1.10 Incidência de ISS ou de ICMS.....	276
3.2.3.1.11 ICMS sobre extração de petróleo	281
3.2.3.1.12 Notificação prévia à exclusão do REFIS.....	283
3.2.3.1.13 ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.....	284
3.2.3.1.14 ICMS e o critério da essencialidade.....	292
3.2.3.1.15 ITCMD sobre fatos geradores conectados ao exterior	296
3.2.3.1.16 IRPJ e CSLL sobre a Taxa Selic	299
3.2.3.1.17 ICMS nas transferências entre estabelecimentos	300
3.2.3.2 Fundamentos invocados para a modulação.....	303
3.2.3.2.1 Modulação com base na segurança jurídica.....	304
3.2.3.2.2 Modulação com base no (excepcional) interesse social	309
3.2.3.3 Critérios temporais e hipóteses ressalvadas da modulação.....	312
3.3 Exame crítico da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	319
3.3.1 Crítica à (falta de) fundamentação das decisões.....	322
3.3.2 Modulação de efeitos e (in)segurança jurídica	332
3.3.3 Modulação de efeitos e igualdade	342
3.3.4 Modulação de efeitos, capacidade contributiva e não confisco.....	348
3.3.5 Modulação de efeitos, “perda de arrecadação” e o argumento financeiro.....	351
3.3.6 Um processo de inconstitucionalização?	358
CONCLUSÃO.....	363

REFERÊNCIAS.....	375
Apêndice A - Análise de casos em controle difuso (repercussão geral)	391
Apêndice B - Análise de casos em controle concentrado	399
Apêndice C - Mapa dos casos com modulação de efeitos	413

Online:

Apêndice D - Casos com repercussão geral classificados no ramo “Direito Tributário”

Apêndice E - Decisões em controle concentrado localizadas na pesquisa de jurisprudência pelo termo “tributário”

Apêndice F - Decisões em controle concentrado localizadas na busca estatística do STF

